

1 | Apresentação do POR Lisboa 2020

<i>Título do Programa:</i>	Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020
<i>Data de aprovação pela CE:</i>	18-12-2014
<i>Identificação e contactos da Autoridade de Gestão:</i>	Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 Rua Alexandre Herculano, 37 – 1250-009 Lisboa Telefone: +351 213 847 930 Email: lisboa2020@ccdr-lvt.pt Website: http://lisboa.portugal2020.pt/ Portal Portugal 2020: https://www.portugal2020.pt/Portal2020

1.1. Objetivos estratégicos

A Região de Lisboa tem como principal ambição para o período 2014-2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento que tem vindo a seguir desde 1986, superando os atuais estrangulamentos sociais e económicos e aproveitando de forma mais inteligente, inclusiva e sustentável as potencialidades geradas pelo território e pelo seu capital humano, cultural e ambiental.

No contexto da elaboração do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, documento de suporte do POR Lisboa 2020, e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) foi reequacionado o posicionamento estratégico da Região. Concluiu-se que a “Estratégia Regional Lisboa 2020”, elaborada em 2007, mantém a sua validade como referencial geral, exigindo-se, contudo, até 2020:

- uma maior focalização setorial, tendo em consideração a Estratégia de Especialização Inteligente;
- uma maior focalização territorial, definida pela Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial;
- uma nova focalização temática nos grandes desafios societários e ambientais identificados ao nível europeu e com maior expressão na Região, expressos pela evolução recente dos indicadores socioeconómicos e das oportunidades surgidas no quadro da economia europeia e mundial.

Assim, a Região de Lisboa escolheu orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Para uma informação mais detalhada e consulta dos documentos referidos, visite o *website* Lisboa 2020, em <http://lisboa.portugal2020.pt/>.

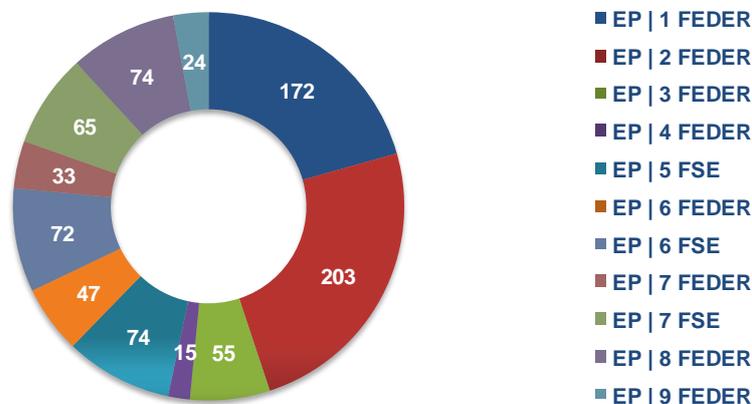
1.2. Eixos prioritários

EP/PI	Designação do Eixo Prioritário (EP) e da Prioridade de Investimento (PI)
EP 1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
PI 1.1	Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.
PI 1.2	Promoção do investimento das empresas na I&I, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&I e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral.
EP 2	Reforçar a competitividade das PME
PI 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.
PI 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para PME, especialmente no que respeita à internacionalização
PI 3.3	Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

EP/PI	Designação do Eixo Prioritário (EP) e da Prioridade de Investimento (PI)
EP 3	<i>Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores</i>
PI 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
PI 4.3	Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
EP 4	<i>Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</i>
PI 6.3	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
EP 5	<i>Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</i>
PI 8.1	Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores
PI 8.3	Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
PI 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
PI 8.5	Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários
EP 6	<i>Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</i>
PI 9.7	Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
PI 9.10	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
PI 9.1	Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.
PI 9.3	Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
PI 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
PI 9.6	Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais
EP 7	<i>Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida</i>
PI 10.5	Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino
PI 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação
PI 10.3	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas
PI 10.4	Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes
EP 8	<i>Desenvolvimento urbano sustentável</i>
PI 4.5	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
PI 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
PI 9.8	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
EP 9	<i>Assistência Técnica</i>
	Implementar, dinamizar, gerir, controlar e divulgar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional

1.3. Dotação global, por fundo e eixo prioritário, em M€

POR 833,3 M€
FEDER 622,6 M€
FSE 210,7 M€



2 | Síntese da execução global e por eixo prioritário

O POR Lisboa tem uma dotação global de 833,3 M€, 622,6 M€ FEDER e 210,7 M€ FSE, e uma taxa de cofinanciamento média de 44,95%.

Até ao final de 2016 foram abertos 107 Avisos, sendo 80 do FEDER, envolvendo um fundo a concurso de 467,3 M€, e 27 do FSE, envolvendo um fundo a concurso de 106,3 M€. Destes Avisos, 16 ainda não estavam encerrados em 2016, permanecendo abertos no ano 2017.

No período em análise foram apresentadas 2661 candidaturas (2227 ao FEDER e 434 ao FSE) envolvendo um investimento total solicitado de 1.237,6 M€. Foram aprovadas 781 operações com um investimento elegível de 395 M€ e um fundo aprovado de 168,4 M€, das quais 629 operações se referem ao FEDER, envolvendo um fundo de 124,1 M€, e 152 operações ao FSE, com um fundo aprovado de 44,3 M€.

Em dezembro de 2016 a taxa de compromisso do POR Lisboa 2020 atingiu os 20,2% (FEDER com 19,9% e FSE com 21,0%) e uma taxa de execução de 1,9% (2,0% FEDER e 1,8% FSE), correspondendo a um Fundo validado de 15,9 M€ (12,2 M€ FEDER e 3,7 M€ FSE). O montante de despesa certificada à UE neste período foi de 3,7 M€, a que corresponde um Fundo de 2,2 M€.

A síntese por Eixo Prioritário é a seguinte:

(unid.: mil €)

Eixo Prioritário	Fundo	Dotação de Fundo	Fundo comunitário a concurso	Custo total elegível aprovado	Fundo aprovado	Despesas declaradas pelos beneficiários à AG	Fundo validado	Pagamentos aos beneficiários	N.º de operações aprovadas
1	FEDER	171.711	140.500	71.880	28.843	609	301	2.590	190
2	FEDER	202.713	154.500	164.036	67.928	14.334	8.476	10.164	393
3	FEDER	55.000	11.280	0	0	0	0	0	0
4	FEDER	15.000	14.100	5.520	2.760	0	0	0	6
5	FSE	74.011	18.100	14.763	7.439	4.412	2.206	1.436	73
6	FEDER	47.000	26.550	7.663	3.832	504	252	152	4
6	FSE	72.000	35.150	39.115	19.558	2.990	1.495	6.530	42
7	FEDER	32.933	21.740	11.946	5.973	2.313	1.157	1.116	12
7	FSE	64.696	53.000	34.618	17.309	0	0	4.352	37
8	FEDER	74.000	91.500	41.142	11.832	2.048	1.024	19	14
9	FEDER	24.270	7.157	4.316	2.919	1.173	941	1.175	10
Total	FEDER	622.628	467.327	306.502	124.087	20.981	12.151	15.216	629
	FSE	210.707	106.250	88.496	44.305	7.402	3.701	12.319	152
	PO	833.335	573.577	394.999	168.392	28.383	15.852	27.535	781

3 | Resultados alcançados – apresentação dos principais indicadores face às metas programadas

No que se refere aos indicadores de execução destacamos, no domínio da Competitividade e Internacionalização, os seguintes resultados:

- Na Investigação Científica e Tecnológica, o apoio a 105 projetos, com um total de investimento elegível de 43,9 M€ e um incentivo de 17,5 M€, às unidades de investigação de Lisboa;
- Na Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, o apoio a 85 projetos com um total de investimento elegível de 27,9 M€ e um incentivo de 11,3 M€;
- No empreendedorismo, o apoio a 27 novas empresas com um total de investimento elegível de 7,8 M€ e um incentivo de 3,5 M€;
- No reforço da competitividade das empresas, o apoio à internacionalização (226 empresas) e à qualificação e à inovação produtiva das PME (140 empresas), o qual permitirá a criação de 3926 postos de trabalho.

No que se refere à dimensão das Estratégias Territoriais, salienta-se a aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT – AML), de 22 Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e de 18 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

A título de exemplo, destacamos alguns indicadores aprovados no PDCT – AML:

- No âmbito do património natural cultural, foram aprovadas operações que preveem um aumento estimado de 82.510 visitantes;
- No âmbito da rede escolar do pré-escolar e 1º ciclo, foram apoiadas infraestruturas com capacidade de acolhimento de 3.457 alunos.

No âmbito do PEDU foram aprovadas operações que permitem atingir os seguintes resultados:

- 10 km de ciclovias novas
- Espaços públicos melhorados em 27.386 m²
- Edifícios construídos ou renovados em áreas urbana em 19.573,9 m²
- Espaços públicos melhorados em zonas desfavorecidas em 6.054 m²
- 80 Habitações reabilitadas em áreas urbanas de zonas desfavorecidas

Quanto ao FSE – Fundo Social Europeu, verificou-se execução efetiva relativamente aos seguintes indicadores:

- Indicadores comuns de realização

(unidade: n.º de participantes)

EP	PI	Indicador	Valor cumulativo		
			T	H	M
LISBOA-05	8.1	Desempregados, incluindo DLD	1.158	393	765
		Desempregados de longa duração	232	73	159
		Com mais de 54 anos de idade	36	11	25
		Pessoas com + 54 anos, que estejam desempregadas, incluindo DLD ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	36	11	25
		Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2)	186	52	134
		Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	415	125	290
		Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	554	214	340
		Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	369	97	272
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego	369	97	272
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	398	106	292
		Outros grupos desfavorecidos	85	33	52
		Pessoas de zonas rurais	34	17	17

EP	PI	Indicador	Valor cumulativo		
			T	H	M
LISBOA-06	9.1	Desempregados (FSE), incluindo DLD	3.903	1.381	2.522
		Desempregados de longa duração	712	337	375
		Inativos	222	146	76
		Inativos que não seguem estudos nem ações de formação	138	90	48
		Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores p/ conta própria	37	13	24
		Com menos de 25 anos de idade	297	146	151
		Com mais de 54 anos de idade	647	305	342
		Pessoas com +54 anos, desempregadas, incluindo DLD ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	642	303	339
		Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2)	2.860	1.162	1.698
		Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	829	191	638
		Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	220	37	183
		Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	1.734	657	1.077
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego	1.674	620	1.054
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	1.803	661	1.142
		Participantes com deficiência	402	245	157
		Outros grupos desfavorecidos	504	277	227
Pessoas de zonas rurais	13	5	8		

○ Indicadores de realização específicos do PO

(unidade: n.º de participantes)

EP	PI	Indicador	Valor cumulativo		
			T	H	M
5	8.1	Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação	262	80	182
		Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais	896	313	583
6	9.1	Participantes com deficiência e incapacidade em ações de reabilitação profissional	402	245	157

4 | Síntese dos principais problemas identificados na implementação do Programa que condicionaram os resultados alcançados e das medidas adotadas para a respetiva resolução

A síntese dos principais problemas encontrados na implementação do Programa é a seguinte:

- Dificuldades no arranque devido à tardia definição do modelo de governação do PT2020 e aprovação do PO;
- Complexidade na definição e publicitação da regulamentação específica;
- Necessidade de cumprimento das condicionalidades ex-ante;
- Realização de 4 avaliações ex-ante temáticas para aplicação dos instrumentos financeiros;
- Elaboração e aprovação dos mapeamentos;
- Morosidade do processo de aprovação das AIDT – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial;
- Desenvolvimento dos sistemas de informação;
- Complexidade/morosidade do processo de designação das Autoridades de Gestão;
- Atraso na estabilização do quadro das competências a delegar e no processo negocial com os diversos organismos intermédios;
- Morosidade do processo de recrutamento de pessoal.

Os constrangimentos elencados traduziram-se em atrasos relevantes ao nível do lançamento dos avisos de concurso e apresentação de candidaturas, conduzindo inevitavelmente a atrasos na execução física e financeira do Programa.

Para colmatar os constrangimentos, a AG tem promovido diversas ações:

- Seminários, sessões de esclarecimento e reuniões com os beneficiários para mobilizar a apresentação de candidaturas e estimular a respetiva execução;
- Reuniões com todos os parceiros municipais da Área Metropolitana de Lisboa no sentido de acompanhar, monitorizar e fomentar os investimentos previstos, em especial nas AIDT;
- Implementou um plano de formação para os Organismos Intermédios públicos visando uma maior celeridade de processos;
- Realizou ainda reuniões de acompanhamento e monitorização com os Organismos Intermédios;
- Para dinamizar a procura, no final do primeiro trimestre de 2016 a AG procedeu a uma alteração da condição de acesso das candidaturas ao Programa ao alargar ao alinhamento com a ENEI – Estratégia Nacional para a Especialização Inteligente.